

Edital ESPGE nº 4/2022 – Chamamento de Propostas – Pós-graduação

O Procurador Geral do Estado, Dr. Jasson Hibner Amaral, e o Procurador Diretor da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Alexandre Nogueira Alves, convidam os procuradores e as procuradoras docentes a apresentar candidatura para ministrar disciplinas no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Estado e Advocacia Pública, autorizado pela RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 5.730/2020, a ser realizado pela ESPGE.

1. Do objeto da presente chamada

1.1 A presente chamada tem por objeto a apresentação de candidaturas para atuar como docente nas disciplinas relacionadas no item 2.1 do presente edital.

2. Das disciplinas

2.1 As disciplinas a serem ofertadas em 2023 são:

	Disciplina
1º Semestre	Teoria do Direito; Tópicos de Direito Administrativo; Tópicos de Direito Constitucional; Ética, Direito e Administração Pública.
	Sistemas de Integridade Pública e Privada; Direito e Políticas Públicas; Princípios Institucionais da Advocacia de Estado; Seminário I.
2ª Semestre	Sistemas de Integridade Pública e Privada; Direito e Políticas Públicas; Princípios Institucionais da Advocacia de Estado. Seminário I.
	Metodologia da Pesquisa e Argumentação Jurídica; Relações de Trabalho da Administração Pública; Tópicos de Direito Tributário; Seminário II.

2.2 O objetivo principal das disciplinas é prover o conhecimento sobre conteúdos, conceitos e métodos relativos à cada uma das áreas de conhecimento, observando-se o conteúdo programático previsto no Anexo I do presente edital.

2.3 Estão previstas 10 (dez) aulas para cada disciplina, totalizando 22:30 horas/aula.

3. Dos Seminário

- 3.1 Os seminários têm por objetivo central promover o domínio do conhecimento dos pós-graduandos com relação a temas contemporâneos e emergentes do direito, conforme lista do Anexo 2.
- 3.2 Os objetivos específicos dos seminários são:
- (a) Aperfeiçoar a capacidade de análise crítica de textos fundamentais da área, distinguindo os argumentos centrais daqueles menos relevantes;
 - (b) Capacidade de expor ideias com clareza e manejar conceitos com propriedade;
 - (c) Contraargumentar com propriedade, elegância e respeito.
- 3.3 As propostas deverão indicar:
- a) O tema contemporâneo ou emergente escolhido;
 - b) Mínimo de 10 (dez) textos relevantes ou estudos de caso sobre o tema escolhido;
 - c) Objetivos específicos a serem alcançados no seminário.
- 3.4 Espera-se do(a) docente responsável pelos seminários:
- a) A seleção e prévia disponibilização na plataforma ESPGEOnline de textos relevantes para o tema proposto;
 - b) Moderar o debate e assegurar um ambiente seguro para troca de ideias;
 - c) Orientar o(a) estudante relator(a) previamente designado a apresentar exposição e análise crítica do conteúdo de texto(s) selecionados;
 - d) Assegurar a discussão crítica do conteúdo do(s) texto(s) e das observações do(a) relator(a) por um ou mais estudante designado(a) em sistema de rodízio no momento da aula. Esse(s) estudante(s) será chamado(a) debatedor(a);
 - e) Assegurar a rotatividade de todos os estudantes, de modo que todos os estudantes manifestem sobre os textos.
 - f) Destacar pontos importantes que os redatores, debatedores e outros alunos que tenham participado do debate tenham negligenciado.
- 3.5 Estão previstas 10 (dez) aulas para cada turma de seminário, totalizando 22:30 horas/aula.
- 3.6 Caso o tema seja relevante, a ESPGE considerará propostas alternativas, com carga horária reduzida pela metade.

4. Da modalidade e do calendário das aulas

- 4.1 As aulas serão ministradas na modalidade híbrida (presencial e online) para os estudantes. A participação do(a) docente será presencial, exceto nas hipóteses de impossibilidade justificada.
- 4.2 O cronograma de aulas das disciplinas será definido pela ESPGE.
- 4.3 A data provisória para início das aulas é **03/02/2023**.

5. Da elegibilidade para apresentação de propostas

- 5.1 Nos termos do art. 15, §3º, II, da Lei Complementar nº 88/1996, qualquer procurador ou procuradora poderá apresentar candidatura, independentemente de estar de férias, licença ou cedidos a outros órgãos.
- 5.2 Na ausência de candidaturas, o presente chamamento poderá ser estendido a docentes externos, independentemente de publicação de edital específico.

6. Da apresentação e da escolha das propostas

- 6.1 As candidaturas serão apresentadas pela plataforma ESPGEonline (espgeonline.pge.es.gov.br) até o dia **16/01/2023**, às **23h59min**.
- 6.2 As propostas recebidas serão organizadas pela ESPGE, a qual promoverá a a seleção dos(as) candidatos(as).
- 6.3 Havendo mais de um(a) interessado(a) para uma mesma disciplina referida no item 1.1(a), será adotado o critério de titulação, observada a seguinte ordem de preferência:
1. Título de doutorado em direito com concentração na área da disciplina solicitada;
 2. Título de doutorado em direito com concentração em área diversa;
 3. Título de doutorado em áreas afins ao direito (ciências sociais, administração pública, ciências econômicas, ciências políticas etc.);
 4. Título de mestrado em direito com concentração na área da disciplina solicitada;
 5. Título de mestrado em direito com concentração em área diversa;
 6. Título de mestrado em áreas afins ao direito (ciências sociais, administração pública, ciências econômicas, ciências políticas etc.);
 7. Título de especialista *lato sensu* em direito com foco na área da disciplina solicitada;
 8. Título de especialista *lato sensu* em direito com foco em área diversa.
- 6.4 Diante do interesse na diversidade do quadro docente, a ESPGE se reserva o direito de desconsiderar os critérios de desempate previstos no item 6.3 em favor da candidatura ofertada por docentes do sexo feminino.
- 6.5 Havendo empate nos critérios previstos nos itens 6.3 e 6.4, será adotado o critério de rotatividade (docente que não deu aula preferirá àquele(a) que ministrou disciplina no semestre 2022.2).
- 6.6 Havendo empate nos critérios previstos nos itens 6.3, 6.4 e 6.5, será adotado o critério de sorteio, em sessão pública online com a participação dos procuradores e procuradoras interessadas.
- 6.7 O desempate para os seminários observará como primeiro critério a inclusão ou não na lista de temas contemporâneos e emergentes prioritários do Anexo II. Somente então serão aplicados os critérios previstos nos itens 6.3 a 6.6.

7. Das obrigações específicas do(a) proponentes

7.1 Ao realizar a candidatura, o(a) proponente concorda em atuar como docente da ESPGE, tendo, dentre outras previstas ou não nesse edital, as seguintes obrigações:

- a) Elaborar, em momento oportuno, plano de aula em conformidade com o calendário do curso de especialização estabelecido pela ESPGE;
- b) Zelar pela execução dos métodos pedagógicos, bem como elaborar conteúdo tecnicamente atualizado, preciso e fundamentado;
- c) Dar ciência prévia à ESPGE acerca da divulgação de informações protegidas por sigilo ou sensíveis;
- d) Zelar pelo estrito cumprimento dos horários de início e término das aulas;
- e) Zelar pela manutenção da disciplina e organização da sala de aula;
- f) Disponibilizar conteúdo pedagógico exclusivamente na plataforma ESPGEonline;
- g) Gerir a sala de aula virtual na plataforma ESPGEonline, inclusive quanto à inclusão de conteúdo digital, definição de atividades e lançamento de notas;
- h) Corrigir as avaliações realizadas, fornecendo feedback apropriado para os alunos;
- i) Colocar-se à disposição dos alunos para esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo ministrado.

8. Das disposições finais

A apresentação da candidatura importa concordância quanto aos termos do presente edital.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da ESPGE.

Vitória, 19 de dezembro de 2022.

JASSON HIBNER AMARAL
Procurador-Geral do Estado

ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
Diretor da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado

ANEXO I
PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS
(EM REVISÃO)

SEMESTRE 1

TEORIA DO DIREITO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Direito e Sociedade. Conceitos Fundamentais do Direito. Moral e Direito. Correntes do Pensamento Jurídico. Fontes do Direito. Normatividade e dever. A noção de autoridade. Racionalidade, cognição e Direito. Normatividade moral, normatividade convencional ou normatividade sui generis. Direito enquanto serviço. Direito e linguagem normativa. Regras e os modelos de tomadas de decisão. Princípios e completude do ordenamento jurídico. Modelagem institucional e legitimidade decisional.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Compreender os principais conceitos e questões teóricas relativas ao Direito.

Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a entender os problemas e dificuldades que podem surgir na aplicação do Direito, bem como permitir a análise de sua justificação enquanto ferramenta dotada de autoridade.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Eventuais apresentações de textos originais e palestras de convidados.

Programa: Conceitos fundamentais do Direito. Moral e Direito no debate clássico. Moral e Direito no debate atual. Normatividade, convenções e autoridade do Direito. Direito, linguagem e as possibilidades interpretativas.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

GUSMÃO, Paulo Dourado de Gusmão. Introdução ao Estudo do Direito. 36ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

ÉTICA, DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Reflexão histórica, filosófica e política do conceito de ética. O público e o privado. Ética e lei. Ética e cidadania. A ética teórica e os códigos de ética aplicada. A ética e o Direito. Códigos de ética profissional na prestação dos serviços públicos. Serviço público no Brasil. O papel da ética em um Estado Democrático de Direito.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Capacitar os estudantes a entender o conjunto de normas éticas que regem o serviço público e sua relação com o Direito.

Objetivos Específicos: Debater o critério da moralidade na história da ética; apresentar as questões éticas ao servidor público; considerar a dimensão ética na resolução de problemas no serviço público; discutir a ética profissional no serviço público.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Eventuais apresentações de textos originais e palestras de convidados.

Programa: Reflexão histórica, filosófica e política do conceito de ética. Ética e cidadania. Ética nas Políticas públicas. O público e o privado. Ética e lei. A ética teórica e os códigos de ética aplicada. Os limites constitucionais da Ética . A ética na legislação. Códigos de ética profissional na prestação dos serviços públicos. Iniciativas governamentais que introduzam noções de ética na gestão pública. Conduta ética na gestão dos negócios públicos e privados. Conduta ética dos servidores públicos. Gestão da ética.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

A ser informada no decorrer do curso

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A ser informada no decorrer do curso

TÓPICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Controle de constitucionalidade. Modelos de controle de constitucionalidade. Legitimidade da jurisdição constitucional. Teoria geral dos direitos fundamentais. Categorias e funções. Dimensões subjetiva e objetiva. Limites e colisões. Proporcionalidade e ponderação. Processo legislativo. Fundamentos teóricos. Processo legislativo ordinário e especial. Processo legislativo orçamentário. Técnica Legislativa (Lei Complementar nº 95/98). Processo Legislativo nos Estados-membros e Municípios.

Controle de Constitucionalidade do processo legislativo. Organização do Estado. Características básicas das federações. Modelos alternativos de organização estatal. Design de Estados federais. O Estado federal brasileiro. Conflitos jurídicos na federação brasileira. Intervenção do Estado na Economia. O papel da constituição econômica. Razões para intervenção do Estado na economia. Teoria das falhas de mercado. Teoria das falhas de governo. Intervenção direta do Estado na economia. Intervenção indireta do Estado na economia. Modelos e instituições regulatórias.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: O propósito do curso é fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos relevantes sobre o estado atual do direito constitucional, voltados à realidade da advocacia pública.

Objetivos Específicos: Conhecer a literatura e conceitos-chave sobre direito constitucional no contexto da advocacia pública. Refletir criticamente sobre a literatura e a jurisprudência a respeito dos mecanismos de proteção da Constituição. Compreender o papel do Estado, do cidadão e do jurista na defesa dos direitos constitucionais. Fomentar o exercício da imaginação institucional. Refletir sobre as reformas necessárias ao aprimoramento do direito constitucional brasileiro.

Metodologia: As aulas serão do tipo expositivo, exigindo-se dos alunos que façam a leitura básica recomendada para cada aula, que será objeto de debates.

Programa: Jurisdição constitucional contemporânea. A teoria geral dos direitos fundamentais no século XXI. Processo legislativo brasileiro. O Estado federal brasileiro. Direito constitucional econômico.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

TÓPICOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: A teoria geral da inovação e o Direito Administrativo: limites e possibilidades. As tendências interpretativas acolhidas pelas alterações da LINDB junto ao Direito Administrativo. As tendências organizacionais: desestatização, amadurecimento do Estado-empresário e técnicas de convergência federativa. O ato administrativo. O poder de polícia: existência, atributos e delegabilidade. Direito Regulatório. A incidência da consensualidade junto aos atos e contratos públicos. Inovações junto à seleção e à contratação pública.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: O objetivo geral do módulo é capacitar a respeito das tendências do Direito Administrativo.

Objetivos Específicos: De início, busca-se capacitá-lo a perceber o caráter dúbio da legislação, da doutrina e da jurisprudência em relação à inovação do Direito Administrativo. Em seguida, apresenta-se, forte em discussões de casos e na busca pelo contraditório, as tendências consequencialistas acolhidas pelas recentes alterações da LINDB. O próximo tema são as mudanças da estrutura administrativa, com a consolidação do modelo empresarial e a incorporação de técnicas de convergência federativa. Em seguida, coloca-se o ato administrativo no divã. Ele ainda existe? Será que seus ditos atributos nada mais são do que folclores? O que o silêncio administrativo significa (ou não significa)? O próximo tópico é o do poder de polícia, ao qual se colocam questões igualmente fundacionais: seu nome, sua existência, sua delegabilidade, sua confusão com a noção de regulação. Na sequência, há importante tópico - o da regulação -, em que se pretende discutir não só as técnicas, mas, também e especialmente, os agentes (as agências, mas não só). Discute-se, então, um possível dever de consensualidade administrativa junto aos atos e contratos públicos. Há sessão para que se discuta o direito ao erro do administrador público, e outra acerca do estado da arte, e os novos desafios, da processualidade administrativa. O último tópico temático é que lida com a capacidade normativa de conjuntura da Administração Pública, perguntando-se se há momentos em que ela possa preponderar sobre a função legislativa.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula. Metodologia baseada em casos geradores. Solicitações aos alunos de fichamento de textos e elaborações de estudos sobre temas específicos.

Programa: Inovação e Direito Administrativo. Interpretação consequencialista e LINDB. Estado-empresário. Convergência federativa e região metropolitana. Ato administrativo: origem, continuidade, espécies, atributos. Poder de polícia: origem, denominação, características, delegabilidade, controle. Regulação: conceito, distinção entre categorias próximas, fundamentos econômicos e jurídicos. Agências reguladoras: estrutura, funcionamento e controle. Análise de Impacto Regulatório. Consensualidade administrativa: origem, existência, natureza, técnicas, controle. Direito ao erro do administrador público. Processualidade administrativa: estado da arte e novos desafios. Reserva de regulamento e reserva de Administração.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

SISTEMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA E PRIVADA

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Sistemas de integridade pública e privada. Distinções. Lei 12.846/2013 e sua regulamentação e aplicação no âmbito federal e pelos demais entes da federação. O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de acordo com a Lei nº 12.846/13 e sua regulamentação. Acordos de Leniência e Resolução Negociada em casos de corrupção. Aspectos peculiares da sistemática anticorrupção no Estado do Espírito Santo. Crimes contra a Administração Pública.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Tópicos de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Fornecer aos alunos as bases para compreender a principiologia e as regras vigentes no direito brasileiro a respeito da promoção da integridade nas esferas pública e privada.

Objetivos Específicos: Com uma visão focada na atuação da Advocacia Pública, pretende-se capacitar o aluno para exercer análise de risco de integridade na prática de atos administrativos e na conformação de políticas públicas, bem como para operacionalizar procedimentos de responsabilização em sede administrativa e judicial.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas, com prévia leitura de material e debates em sala de aula.

Programa: Introdução. Instrumentos normativos da Integridade. Princípios norteadores da promoção da Integridade. Acordos de Leniência. Estudo de casos relevantes. Discussão de caso gerador.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: A relação entre direito e políticas públicas. Modelos de análise em políticas públicas. O desenvolvimento de uma moldura jurídica e institucional. Escolas e teorias do pensamento. Ciclo de políticas públicas. Etapas. Modelos de tomada de decisão. Desenho normativo. Implementação de uma política pública. Gestores públicos. Avaliação e controle de políticas públicas. Revisão e aperfeiçoamento. Judicialização de políticas públicas e diálogos institucionais.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Fornecer aos alunos as bases para a compreensão de uma teoria jurídica das políticas públicas e os seus principais fundamentos, estabelecendo, para tanto, conexões entre a perspectiva jurídica e a dimensão eminentemente prática das políticas públicas.

Objetivos Específicos: Buscar-se-á, de forma permanente, o desenvolvimento de raciocínio nos alunos, estimulando as suas capacidades analíticas, críticas e a habilidade de percepção da relação entre as discussões teóricas apresentadas em sala de aula e a realidade das políticas públicas implementadas na vida cotidiana. Ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de identificar as diferentes fases de desenvolvimento de uma política pública, bem como analisar tais iniciativas. Tudo isso, a partir de uma perspectiva

cíclica quanto ao desenho de uma política pública, com vista a um aprofundamento teórico aliado a uma influência direta na atuação profissional de cada um.

Metodologia: Aulas expositivas com leituras prévias de materiais e debates em sala de aula. Realização de atividades programadas (seminários em sala de aula com exposição dos alunos, com temas previamente definidos). Dinâmicas de grupo.

Programa: Conceito(s) de políticas públicas. Elementos caracterizadores (interdisciplinaridade, dinamismo, continuidade, adaptabilidade, coerência e coordenação, etc.). O desenvolvimento das políticas públicas como campo de estudo autônomo. O processo de assimilação pela teoria jurídica do conceito de políticas públicas. Modelos teórico de análise em políticas públicas. Políticas públicas e direitos humanos. Tipos de políticas públicas (relacionadas a direitos sociais, de gênero, etc.). Histórico das políticas públicas no Brasil e no mundo. O ciclo de políticas públicas. Etapas. Formação da agenda: o que é prioritário? A identificação dos problemas a serem atacados e das demandas a serem supridas por intermédio das políticas públicas. A formulação da política: formulação de soluções, alternativas e propostas concretas entre diferentes opções de programas a serem adotados. Tomada de decisão: definição do curso de ação a ser adotado. Os processos de tomada de decisão (os diferentes canais e os instrumentos políticos e jurídicos possíveis). Análise dos instrumentos e mecanismos institucionais de criação e planejamento de políticas públicas. Variáveis a serem consideradas em cada uma dessas etapas: avaliações de custobenefício, estudo de cenários e necessidades, recursos disponíveis, urgências, elementos políticos, dentre outras. Gestores públicos. Modelos de gestão (p. ex: hierarquia, mercado, governança/rede). Participação social na construção de políticas públicas. Canais institucionalizados e não institucionalizados. Grupos de interesse e participação dispersa na sociedade. Implementação da política pública: a criação da estrutura necessária e observância da burocracia existente. O manejo dos instrumentos jurídicos no âmbito da implementação de políticas públicas, com destaque para eventual necessidade de aprovação de leis. Orçamento e políticas públicas: o dispêndio de recursos financeiros. Avaliação dos resultados das políticas públicas e a influência na efetivação de direitos e garantias fundamentais. Políticas públicas e Análise Econômica do Direito. Políticas públicas e dados estatísticos. Análise de políticas públicas em searas específicas: pessoas com deficiência, desigualdade de gênero, proteção da criança e do adolescente etc. Políticas públicas e direitos fundamentais. Discussão sobre casos concretos e a atuação das instituições, com destaque para as instituições jurídicas. Fiscalização e controle da execução da política pública por meio da atuação da sociedade civil e dos órgãos de controle. Judicialização das políticas públicas, com ênfase nas políticas de saúde, educação e de saneamento básico.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA ADVOCACIA DE ESTADO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: A Advocacia Pública na Constituição Federal. Advocacia Pública e Federação. Advocacia de Estado vs. Advocacia de Governo. Princípios Gerais da Advocacia de Estado. Autonomia técnica. As funções da Advocacia de Estado: Consultoria, Assessoria e Representação Judicial. Controle interno de legalidade e a natureza eminentemente preventiva da Advocacia de Estado. Advocacia Pública e o combate à corrupção. Ética do Advogado Público. Normas deontológicas no Estatuto da OAB e o Código de Ética e Disciplina. Normas disciplinares comuns aos funcionários públicos. Responsabilidade administrativa, cível e criminal do Advogado Público.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Apresentar os princípios gerais da Advocacia de Estado, inclusive aqueles concernentes aos contornos éticos de sua atuação profissional.

Objetivos Específicos: Capacitar o Advogado Público de instrumentos teóricos que garantam o exercício de seu munus público de forma técnica e independente.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Programa: Advocacia Pública na Constituição da República. Autonomia da Advocacia de Estado. Ética do Advogado Público. Responsabilidade do Advogado Público.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

SEMESTRE 2

METODOLOGIA DA PESQUISA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Conhecimento científico e ciência. Diferentes tipos de conhecimento. Ciência e as diferentes áreas do saber. Direito como ciência social aplicada. Métodos científicos. Conceito de método. Métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. Metodologias quantitativa e qualitativa. Metodologia da pesquisa jurídica. Construção da hipótese. Como escolher o tema da pesquisa. Problemas de pesquisa. Hipótese. Delimitação do material de pesquisa. Respostas científicas para questões jurídicas controversas. Quando usar: parte histórica, direito comparado, jurisprudência, análise de caso, interdisciplinaridade, entrevistas. Estruturando o projeto: elementos necessários e a formatação. Organização e etapas do trabalho. Escolha do orientador. Como fazer e organizar pesquisa bibliográfica. Leitura, fichamento e organização do material de leitura. Análise jurisprudencial: a pesquisa por meio de operadores bloomerianos, a montagem dos case brief e organização do material de pesquisa. Estrutura do trabalho de conclusão de curso. Redação e a escrita em camadas. Modalidades de citação e a organização das notas de rodapé e das referências bibliográficas. Formatação do trabalho acadêmico.

Pré-Requisitos: Nenhum

Objetivos Gerais: Compreender o estado da arte das pesquisas em direito e das metodologias envolvidas neste tipo de trabalho, especialmente das abordagens empíricas.

Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a redigir um projeto de pesquisa adequado a servir como TCC do curso de especialização. Ensinar aos estudantes sobre as peculiaridades da redação de trabalhos na modalidade “artigos”, bem como otimizar a possibilidade de sua publicação em revistas do estrato superior do Qualis.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Atividades programadas em sala, especialmente exercícios práticos na construção de projetos de pesquisa. Análise crítica dos projetos de pesquisas formulados pelos colegas, possibilitando diálogos produtivos entre os estudantes.

Programa: Questões metodológicas. A concepção do trabalho acadêmico. A execução da pesquisa. A produção do trabalho acadêmico. Análise e discussão dos projetos de pesquisa.

Critério de Avaliação: Deverá ser apresentado um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de até 10 páginas sobre um tema ou questão abordado durante todo o curso.

RELAÇÕES DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga Horária: 12 hr-aula

Ementa: A relação estatutária e a contratual administrativa: Aspectos gerais sobre a relação estatutária e a contratual administrativa. Cargos públicos: cargos, empregos e funções públicas; classificação dos cargos; criação, transformação e extinção de cargos; vacância; redistribuição de cargos e provimento de cargos. Concurso público e processos seletivos simplificados. Estágio experimental e estágio probatório. Estabilidade e vitaliciedade. Cessão de Servidores. Direito de greve. Questões controvertidas. O sistema constitucional dos servidores públicos: Aspectos Gerais. Remuneração: espécies; princípio da reserva legal; iniciativa para o processo legislativo; teto e subtetos remuneratórios; irredutibilidade; reposição ao Erário de parcelas indevidamente pagas. Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas; Regras orçamentárias (lei de responsabilidade fiscal e regime de recuperação judicial). Questões controvertidas. Responsabilidade funcional do servidor público. Aspectos gerais. Responsabilidade dos servidores públicos: natureza; responsabilidade primária, subsidiária e o direito de regresso; contraditório e a ampla defesa; independência relativa entre as instâncias penal, administrativa e cível; e anistia. Processos administrativos disciplinares: legislação; espécies; prescrição; termo de ajustamento de conduta; efeitos da aposentadoria sobre o processo disciplinar; e penas. Terceirização trabalhista. Questões controvertidas.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos de Direito Constitucional, Tópicos de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Compreensão e visão sistemática das normas regentes das relações de trabalho da Administração Pública e da Previdência dos Servidores (Regime Próprio e Previdência Complementar).

Objetivos Específicos: Capacitação dos alunos para uma leitura crítica dos regimes de trabalho e de previdência aplicáveis à Administração Pública, com identificação das distinções entre os regimes próprios e os gerais. Treinamento para a resolução de casos concretos apresentados ao profissional da advocacia pública.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas. Adotar o método indutivo para o estudo de casos concretos do contencioso de pessoal na Administração Pública. Divulgação prévia de material de leitura para discussão em sala de aula.

Programa: Relação Contratual Trabalhista. Empregados Públicos. Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

TÓPICOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Carga Horária: 22,5 hr-aula

Ementa: Tributo. Espécies Tributárias. Obrigação Tributária. Elementos. Sujeitos. Obrigações Tributárias. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Crédito Tributário. Modalidades do Lançamento. Extinção, Suspensão e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário. Considerações Acerca das Garantias do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário: Privilégios e Preferências. Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Dívida Ativa. Processo tributário judicial. Conselho de Contribuintes. ICMS, IPVA, ISS, IPI e IPTU. Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Princípios Constitucionais Tributários. Imunidades Tributárias.

Pré-Requisitos: Teoria do Direito, Tópicos de Direito Constitucional, Tópicos de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais e Específicos: Apresentar aos estudantes os principais elementos do Sistema Tributário Nacional e analisar criticamente os seus aspectos mais controversos.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Programa: Tributo. Conceito. Elementos. Espécies Tributárias: Classificação Quantitativa e Classificação Qualitativa. Impostos. Conceito. Características. Elementos Causais e Finalístico. Classificação: reais e pessoais; diretos e indiretos; fiscais e extrafiscais; instantâneos, complexivos e continuados. Taxas. Conceito. Base de Cálculo. Princípios de Justiça Fiscal. Competência Comum. Destinação da Taxa. Taxa e Preço

Público: Distinção. Pedágio: Natureza Jurídica. Controvérsias. Contribuições de Melhoria. Conceito. Limites. Contribuições Parafiscais. Parafiscalidade. Requisitos. Espécies. Classificação: Contribuições Sociais (Contribuições da Seguridade Social e Contribuições Sociais Gerais); Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico; Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas (Contribuições Corporativas); Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP ou CIP). Empréstimos Compulsórios. Conceito. Requisitos. Natureza Jurídica. Obrigação Tributária. Conceito. Natureza Jurídica. Elementos. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Obrigação Principal. Obrigação Acessória. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Sujeito Passivo. Responsabilidade tributária: Classificação. Distinção entre Responsabilidade por Substituição e Responsabilidade por Transferência. Responsabilidade por substituição: Substituição tributária “para frente”. A questão da Pauta Fiscal. Substituição Tributária “para trás”. Retenção na Fonte. Responsabilidade por Transferência: Transferência por Sucessão (sucessão imobiliária; sucessão causa mortis; sucessão societária; sucessão comercial). Transferência por Imputação Legal. Responsabilidade por Infrações. Denúncia Espontânea. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário. Crédito Tributário. Conceito. Fases de Concreção do Crédito Tributário. Lançamento Tributário. Natureza Jurídica do Lançamento Tributário. Lançamento e Câmbio. Princípios do Lançamento Tributário (Ricardo Lobo Torres): Vinculação à Lei, Irretroatividade, Irrevisibilidade, Inalterabilidade. Modalidades do Lançamento Tributário: Lançamento por Declaração ou Misto; Lançamento de Ofício ou Direto; Lançamento por Homologação. Suspensão do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Causas de Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário: Moratória e Parcelamento; Depósito; Reclamações e Recursos Administrativos; Medida Liminar em Mandado de Segurança e Medida Liminar ou Tutela Antecipada em Outras Espécies de Ação Judicial. Extinção do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Extinção do Crédito Tributário. Causas de Extinção do Crédito Tributário: Pagamento (Imputação do Pagamento. Consignação em Pagamento. Pagamento Indevido. Repetição dos Tributos Indiretos. Prazo para o Ajuizamento da Ação Repetitória: Controvérsias); Compensação; Transação; Remissão; Prescrição e Decadência; Conversão de Depósito em Renda; Pagamento Antecipado e a Homologação do Lançamento; Consignação em Pagamento; Decisão Administrativa Irreformável; Decisão Transitada em Julgado; Dação em Pagamento. Exclusão do Crédito Tributário. Considerações Acerca da Exclusão do Crédito Tributário. Causas de Exclusão do Crédito Tributário: Isenção (natureza jurídica, classificação, isenção e alíquota zero, revogação de isenções, razoabilidade na concessão de isenções; interpretação das isenções). Anistia. Garantias do Crédito Tributário. Considerações Acerca das Garantias do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário: Privilégios e Preferências (Concurso de Preferências. Crédito Tributário e Juízos Universais. Possibilidade de a Fazenda Requerer a Falência de Contribuinte. Concurso de Preferência entre os Entes Públicos: Inconstitucionalidade (?). Créditos Extraconcursais). Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Dívida Ativa. Certidões Negativas. A natureza das penalidades tributárias. Processo tributário judicial. Execução fiscal. Mandado de segurança. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Privilégios. Contencioso fiscal. Processo Tributário Administrativo. Consulta tributária. Prescrição e decadência. Conselho de Contribuintes. Depósito em garantia de instância. Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI). Fato gerador. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR). Conceito constitucional de renda. Aquisição econômica e jurídica de renda. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Fato gerador. Conceitos de operações, circulação e mercadoria. ICMS: não cumulatividade. Natureza e regime dos créditos fiscais. ICMS: base de cálculo e alíquota. Neutralidade e seletividade. ICMS: Regime de Substituição Tributária. ICMS na importação. Imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD). Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. ISS: conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Competência Tributária. Conceito. Distinção entre Competência Tributária e Capacidade Tributária Ativa. Repartição Constitucional das Competências Tributárias: Competência Exclusiva; Competência Comum; Competência Residual; Competência Extraordinária. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Conceito. Princípios Constitucionais Tributários (Princípios-Garantia): Princípio da Legalidade; Princípio da Tipicidade; Princípio da Isonomia; Princípio da Irretroatividade; Princípio da Anterioridade (da não-surpresa); Princípio do Não-Confisco; Princípio da Liberdade de Tráfego; Princípio da Capacidade Contributiva e os Subprincípios da Progressividade, Proporcionalidade, Personalização e Seletividade. Imunidades Tributárias. Distinção entre Imunidade, Isenção e Não-Incidência. Imunidades a Impostos: Imunidade Recíproca; Imunidade dos Templos de qualquer Culto; Imunidade dos Partidos Políticos e suas Fundações; Imunidade das Entidades Sindicais dos Trabalhadores; Imunidade das Entidades de Assistência Social e de Educação, sem fins lucrativos, que cumpram os requisitos legais; Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. Princípios Institucionais (Outras Vedações): Princípio da Uniformidade Geográfica; Princípio da Igualdade dos Entes da Federação no que tange às suas Obrigações; Princípio da Vedação de Isenções Heterônomas; Princípio da Vedação de Distinção quanto à Origem e o Destino das Mercadorias.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada ou outra avaliação estabelecida pelo docente responsável.

ANEXO II
TEMAS CONTEMPORÂNEOS E EMERGENTES
(LISTA MERAMENTE EXEMPLIFICATIVA)

Temas contemporâneos e emergentes prioritários (lista exaustiva)^{1, 2}:

- 1 Teorias críticas: teorias feministas; teoria crítica da raça; estudos decoloniais e pós-coloniais; e suas influências no direito contemporâneo;
- 2 Direitos individuais e coletivos da população negra;
- 3 Direitos individuais e coletivos relativos à igualdade e equidade de gênero e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e não binária;
- 4 Direitos individuais e coletivos das comunidades tradicionais, tais como indígenas, populações ribeirinhas e quilombolas;
- 5 Direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes;
- 6 Direitos individuais e coletivos dos portadores de necessidades especiais;
- 7 Direitos individuais e coletivos dos idosos;

Outros temas contemporâneos e emergentes de interesse (lista exemplificativa):

- 8 Consensualidade na administração e na advocacia públicas;
- 9 Direito e tecnologia, com ênfase na utilização de tecnologias pela administração pública e políticas de promoção aos ambientes de inovação;
- 10 Direitos culturais, com ênfase no papel da competência estadual para promoção e defesa desses direitos;
- 11 Direito Policial, com ênfase nos aspectos jurídicos de políticas públicas de combate à criminalidade (violência doméstica, exploração de menores e organização criminosa) e das instituições policiais (regulamentação jurídica da do pessoal e estrutura policial civil e militar);
- 12 Intervenção do estado na economia, com ênfase nos aspectos jurídicos das políticas públicas de gestão de crises;
- 13 Estudos comparados de institutos de direito público;

¹ Pode ser adotada abordagem interseccional (por exemplo, os direitos individuais e coletivos da mulher ribeirinha ou da população LGBT negra).

² Pode haver a acumulação de temas em um mesmo seminário.